

# Entre o trabalho e a sala de aula

Foto: Luciano Amaral/Regional Norte

*Horas extras, turno de revezamento, dificuldade para transferência e, principalmente, enxugamento das equipes impedem eletricitários de conciliarem estudos com o trabalho na Cemig*

No dia 8 de janeiro, a eletricista Fabiana Cavalcanti, de 23 anos, comunicou aos chefes a decisão de sair da Cemig, depois de quatro anos conciliando a escala de revezamento com o curso de Engenharia Elétrica e Telecomunicações, em Montes Claros. “Eu trabalhava em todos os horários possíveis e só quando tinha prova, com muito custo, escapava das horas extras. Escolhi este curso porque tinha afinidade com o meu trabalho, mas não recebia nenhum apoio dos chefes. Era tudo complicado e senti necessidade de sair para crescer profissionalmente”, conta. A determinação dos eletricitários que estudam se esbarra, em todo o Estado, na falta de incentivo e de flexibilidade da empresa.

“Meus colegas me apoiaram na decisão de sair; pois sabiam que na Cemig ficaria estagnada, num ambiente de trabalho ruim. Às vezes alguns chefes pareciam ter medo de que um dia eu tomasse o lugar deles e também não via na Avaliação de Desempenho qualquer perspectiva de crescimento”, explica Fabiana. “Sinto saudade da equipe, mas mudei a minha rota e agora só vou em frente”, conta Fabiana que acaba de se mudar para Santa Rita do Sapucaí, atrás dos melhores cursos de Telecomunicação.

## Um vôo difícil

O mecânico em manutenção, Pedro Salim, 20 anos, fez uma dupla renúncia para realizar o sonho da Universidade. Ex-diretor do Sindieleetro, pediu

exoneração do cargo e pediu para ser demitido da Companhia para cursar Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 2004 Pedro havia deixado a família em Varginha, no Sul de Minas, para trabalhar na Usina de Irapé, no Norte do Estado. No final de 2005, foi aprovado no vestibular de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de São João Del Rey, mas não conseguiu transferência para a Usina de Itutinga.

“Lá tinha vaga para minha função, mas meu superintendente disse que não poderia me liberar, porque não havia ninguém para me substituir”, conta. Logo depois, o mecânico foi aprovado em Juiz de Fora. O segundo pedido de transferência, desta vez para a Gasmig, também foi negado, apesar da existência da vaga.

“O pedido de transferência chegou à diretoria da Cemig e até ao Djalma, mas prevaleceu o parecer técnico da minha superintendência”, explica. Mas desta vez a vocação para engenheiro falou mais alto e ele tentou conciliar o trabalho com a escola. Foram seis meses de malabarismo, compensando as horas extras já trabalhadas para estudar.

Em janeiro Pedro conseguiu ser demitido. Ele diz não ter mágoas e sentir muita falta da Cemig, principalmente dos colegas e que, um dia, pretende voltar para a empresa, mas desta vez como engenheiro. “A Cemig investe nos programas internos de formação técnica, mas, cria muitas barreiras para con-



Os ex-eletricistas Alexandre e Antônio Fábio optaram pelo estudo

tinuarmos os estudos. Isso dificulta o vôo do peão até o posto de chefe. Por isso acho que fiz a melhor escolha”.

## Tacada de risco

O eletricista Antônio Fábio Andrade, 24 anos, também optou pela faculdade depois de ouvir dos chefes que a chance de um dia se tornar engenheiro da Cemig era a mesma de qualquer outro profissional do mercado, já que não poderia contar com a seleção interna. Após seis anos nas linhas de rede, em

Montes Claros, em janeiro ele se desvinculou da Companhia.

Estudante do quinto ano de Engenharia de Controle de Automação, Fábio também tentou conciliar o estudo com o trabalho. Primeiro pediu transferência para Bocaiúva para fugir do revezamento, que foi autorizada. Dois anos depois, a sobrecarga de trabalho e a equipe muito pequena forçaram o estudante a fazer hora extra. Com o trajeto diário de 50 km de Bocaiúva até a universidade, ficou ainda mais complicado

trabalhar e estudar. De novo em Montes Claros trabalhou na Inspeção, em horário comercial, até ser mandado de volta para a escala de revezamento.

“Agüentei seis meses e depois não deu mais. Perdía aula demais e às vezes não conseguia fazer prova nem na segunda chamada”, conta. Apesar do apoio do encarregado, o eletricista diz que se a gerência incentivasse quem estuda, ele e muitos colegas teriam ficado na Cemig. “Minhas condições de estudo eram muito piores do que o resto da sala e decidi buscar novas oportunidades, numa tacada de risco”, explica.

O ex-eletricista Alexandre Oliveira Santos, cursa o quarto ano de Engenharia da Computação na mesma universidade que Fábio e fez acordo para ser demitido da Cemig. Em quase cinco anos de plantão, em Montes Claros, ele conseguiu por um tempo trocar horário com colegas e ir à aula pela manhã, até que um chefe começou a discordar destes “combinados”. Em maio de 2006 ele se desligou da Cemig. “A falta de pessoal, de flexibilidade dos chefes e de perspectiva de promoção desmotivam quem estuda”, avalia.

## Falta de incentivo impõe escolha

O coordenador do Sindieleetro na Regional Norte, Alex Fabiano, acredita que a redução do quadro de pessoal da Cemig impõe aos eletricitistas jornadas sempre acima de 8 horas diárias, principalmente no período de chuva. “A escala 6x3 e o horário diferenciado transformam a vida dos trabalhadores num caos. Além disso, eles gastam um tempo enorme no trajeto, dirigindo até 400 quilômetros por dia”, destaca. Alex destaca que há, ainda trabalhadores que se deslocam até 340 km/dia para ir e voltar para a universidade, sem conseguir transferência.

Para Alex o fato da Avaliação de Desempenho se ba-

sear em critérios subjetivos também desmotiva a permanência dos estudantes na empresa. Para estimular o crescimento dos trabalhadores, diz o diretor, a Cemig deveria acabar com as escalas irregulares, com o horário diferenciado e disciplinar as horas-extras, ampliando o quadro próprio.

## Estudar, para quê?

Na mesa de negociação do último ACT, apesar da direção do Sindieleetro insistir na correção do Auxílio-educação, beneficiando o eletricitário e também a empresa, um dos representantes do Comitê da Cemig comprovou a visão equivocada da empresa sobre o assunto. “Para quê eletricista precisa fazer curso supe-

rior? Para apertar parafuso?”, perguntou sem constrangimento um dos chefes.

Exemplos de resistência dos trabalhadores à esta visão retrógrada ocorrem em diversas unidades. No ano passado 12 eletricitários de Uberlândia, que também estudam, apesar da escala 6x3 e dos sobreavisos, apresentaram ao chefe uma lista pedindo a troca de escala com colegas que cumprem horário comercial, mas que não estavam estudando.

O diretor do Sindieleetro, Anilton da Silva, disse que a questão ainda não foi resolvida e que é preciso “muita perseverança para estudar sem dizer adeus à Cemig”.

# Após desapropriação, Forluz investe em nova sede

No dia 29 de janeiro, o Conselho Deliberativo da Forluz aprovou a compra de nova sede para a Fundação, que terá que desocupar o Edifício Líder Center no prazo de 90 dias. O imóvel foi decretado de “utilidade pública” e será usado pela Justiça Federal, que já ocupava oito andares do edifício.

A indenização foi de R\$ 17,1 milhões, mas o valor será questionado pelo Conselho Deliberativo da Forluz na Justiça, uma vez que a quantia prevista no Orçamento da União era de R\$ 19 milhões. Com a desapropriação, a nova sede da Forluz ocupará do 4º ao 8º andar do Edifício Amadeus Business Tower, na Avenida do Contorno, 6594, Savassi. O imóvel custou

13,05 milhões e está em fase de acabamento.

## Patrimônio

A Forluz não conseguiu encontrar um imóvel em condições adequadas para aluguel ou compra na região do Santo Agostinho. “Se fosse alugar os mesmos andares, gastaria R\$ 126 mil por mês, e deixaria de gerar rentabilidade para o participante”, destacou Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieletro e representante dos participantes no Conselho Deliberativo da Forluz.

Wilian ressalta que hoje a Forluz já paga aluguel para o Fundo de Pensão, que é proprietário do Líder Center. “O novo prédio é um bom investi-

mento, já que continuará a pagar aluguel para o Fundo, com retorno financeiro de 12,22% ao ano por andar, acima da projeção da taxa Selic para os próximos anos”. O antigo prédio foi construído nos anos 70 e gerava rentabilidade menor, de 9,96% ao ano por andar. “Para investir em imóvel, é preciso que ele seja valorizado, bem localizado e com uma estrutura física adequada aos tempos atuais”, destacou Wilian.

Além da Forluz, no Edifício Amadeus, estarão sediadas a Gasmig e outras empresas. Plínio Arantes, diretor de Relações com Participantes da Forluz, informou que a Fundação busca convênio com estacionamentos próximos para facilitar o acesso ao edifício.

A nova sede comporá o



Nova sede, na Savassi, aumenta patrimônio do Fundo de Pensão

patrimônio da Forluz e dos participantes. “De posse de todas essas informações, não podíamos votar contra um investimento que trará melhor rentabilidade para os participantes”, frisou Wilian. O coordenador do Sindieletro avisa que a documentação referente a aqui-

sição do imóvel está disponível no sindicato e na DRP.

Wilian Vagner destaca que o endereço poderá ser provisório, já que está sendo estudada a construção de um prédio próximo à sede da Cemig para abrigar a Fundação e outras empresas do grupo.

## FALA TRABALHADOR

Qual a maior dificuldade para o eletricitário que estuda?

Fotos: Benedito Maia



Sem dúvida é a falta de pessoal na Cemig. Formei-me no ano passado, após cinco

anos no curso de Sistema de Informação. Neste período, só não perdi muitas aulas e provas porque no meu setor houve flexibilidade para negociarmos a troca de horários e também consegui mudar para o horário fixo. Mesmo assim, em época de chuva ficava impossível freqüentar as aulas, porque faltavam eletricitistas para cobrir os companheiros estudantes. Agora que me formei, a maior dificuldade é ter uma chance para atuar na área de minha formação dentro da Cemig.

**César Prates, eletricitista de linhas e redes, Itambé**



Demorei nove anos para me formar, em Filosofia, há quatro anos, justamente por causa das

dificuldades impostas pela Cemig. Trabalhava em escala de revezamento e a chefia não me liberava para freqüentar o curso. Hoje, os companheiros do meu setor que estudam até que conseguem negociar a liberação, mas ainda encontram muitas dificuldades, em função da sobrecarga de trabalho e do número reduzido de eletricitistas. A Cemig valoriza muito pouco quem estuda e dificilmente dá oportunidade aos recém-formados aplicarem seus novos conhecimentos. É uma pena, porque é a empresa que perde.

**Marco Aurélio Cristo, eletricitista de linhas e redes, Itambé**

## Participante do Prosaúde não deve fazer pagamento extra

A direção do Sindieletro vem encaminhando à direção da Forluz denúncias sobre a cobrança extra e atraso nas autorizações de procedimentos. São casos como o de um participante que demorou 8 dias para conseguir autorização para cirurgia de urgência, foi cobrado pela instituição pelo uso de equipamento, e ainda teve dificuldade para conseguir a liberação de uma diária hospitalar para fazer exame pós-cirúrgico.

Há também a denúncia de participante que recebeu cobrança extra do hospital porque um médico auxiliar entrevistou em uma cirurgia, sem autorização prévia, em função da gravidade do caso. A Forluz informou que estes casos já foram solucionados e que está tomando providências para evitar que os problemas se repitam.

Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieletro e repre-

sentante dos participantes no Conselho Deliberativo da Forluz, alerta que nenhum médico ou hospitalconveniados tem autorização para cobrar diretamente do paciente procedimentos ou equipamentos. “O médico deve resolver essa questão diretamente com a Forluz. Se receber qualquer proposta nesse sentido, o participante deve consultar a Fundação”.

O diretor de Relações com os Participantes da Forluz, Plínio Arantes, é categórico em afirmar que, se o médico, clínica ou hospital for conveniado, o participante não deve arcar com despesas, pois está tudo coberto pelo Plano. “Eventuais co-participações, previstas no regulamento do Prosaúde, virão somente no contracheque e devidamente explicadas”, adverte. Ele recomenda que o participante informe à DRP problemas no atendimento interno (Forluz) e ex-

terno (conveniados), para defender a Fundação e demais participantes. “Se um médico ou hospital age dessa forma está prejudicando os participantes e o Plano, e por isso não merece ser conveniado”.

## Prazos

A Forluz tem 48 horas para examinar o pedido, verificar o atendimento necessário e checar se o procedimento é aprovado pelo Conselho Federal de Medicina. Plínio explica que procedimentos de urgência devem ser imediatamente realizados, e que somente procedimentos programáveis, como cirurgias, devem aguardar autorização como está previsto no regulamento do Prosaúde. “No caso de cirurgias planejadas, a pessoa só deve marcar a data com a guia totalmente resolvida em mãos, evitando o desgaste desnecessário”, recomenda Plínio.

# Conselho Deliberativo aponta desafios e estratégias dos eletricitários

*Planejamento coletivo fortalece o trabalhador e as regionais do Sindieletro, que são as ferramentas mais eficazes para ampliar a atuação sindical no Estado*

Nos próximos dias 9 e 10 o Conselho Deliberativo do Sindieletro definirá as diretrizes para a atuação sindical de 2007 a 2009, num amplo e democrático debate sobre a organização eletricitária. Desde que se filiou à CUT, em 1989, o Sindieletro é coordenado de forma colegiada.

Os diretores participam ativamente da tomada de decisões políticas, através do Conselho Deliberativo. A Diretoria Estadual – formada pelo coordenador-geral, pelos coordenadores das regionais e diretoria Administrativo/Financeiro – executa as ações com orientação do Conselho, juntamente com as secretarias.

Na reunião do Conselho, os 96 diretores também avaliarão a Campanha para a Renovação do último ACT, montarão a agenda de lutas prioritárias junto à nova diretoria da Cemig e a Forluz e discutirão o orçamento da entidade.

Na avaliação do assessor

de Formação do Sindieletro, José Luiz Fazzi, com este processo, os eletricitários garantem a continuidade do sindicalismo combativo e democrático, defendido pela CUT. “O poder, que antes era concentrado nas mãos do presidente, agora é compartilhado com os trabalhadores, através do fortalecimento das regionais”, avalia.

Na opinião de Fazzi os debates acalourados entre os eletricitários são saudáveis e essenciais para realimentar a organização da categoria. “Hoje a base dos eletricitários está exercendo e reivindicando mais poder. Isso não ocorria na estrutura presidencialista e verticalizada”, destaca.

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, ressalta que, como o segundo semestre de 2006 foi totalmente tomado pelos debates e negociações da Campanha para a Renovação do ACT, é importante que 2007 comece com um grande debate político, prepa-

rando o planejamento das próximas ações sindicais. “Até 2009 a gestão e a atuação do Sindieletro serão pautadas por estas diretrizes, levando em consideração os debates do grupo. Também apontaremos formas de implementar as deliberações da

categoria no 3º Congresso Mineiro dos(as) Eletricitários(as) (Comel), em 2005”, explica.

Na avaliação de Wilian, para o sindicato é prioridade aprofundar a descentralização das decisões e da estrutura, levando o sindicato para cada vez mais perto da categoria. “Nossa intenção é envolver a base na

construção da agenda de lutas, ganhando força para negociar com a Diretoria de Gestão Empresarial da Cemig o ano inteiro. Assim evitaremos a sobre carga da pauta de reivindicações, como ocorreu nas últimas Campanhas, por causa da dificuldade de diálogo com a DGE”, explica Wilian Vagner.

## Vigilantes da Ronda esperam acerto trabalhista desde julho

Foto: Benedito Maia

Desde julho de 2006, quando a empresa de vigilância Ronda perdeu a licitação para prestar serviços para a Cemig, cerca de 120 vigilantes estão sem receber o acerto trabalhista. Em audiência realizada em agosto de 2006, a empresa fez um acordo de parcelamento em quatro vezes para o pagamento da rescisão dos contratos de trabalho, mas até agora os vigilantes só receberam o FGTS que havia sido depositado antes da licitação.

Eles também estão sem as férias, o 13º salário, a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia, as sete parcelas do FGTS que não foram depositadas, além do vale-transporte que estava atrasado há seis meses. Segundo um trabalhador, a empresa atrasava salários com frequência em até 20 dias. “Era muito difícil trabalhar e viver sem salário e sem vale-transporte. Continuamos nos sentindo desrespeitados, porque até hoje não recebemos quase nada. É um descaso”.

### Ação judicial

Segundo Ronaldo Gomes, diretor do Sindicato dos Vigilantes, uma ação na Justiça do Trabalho conseguiu, em novembro de 2006, bloquear 20% das faturas que a empresa tem para receber das firmas para quem ainda presta serviço (Cai-



Sem contrato, Ronda prejudica vigilantes que atendiam Cemig

xa Econômica Federal e CBTU-metrô de BH). Esses valores estão sendo depositados em juízo, para que os 40 trabalhadores que entraram na ação possam receber em breve o acerto.

“Estamos aguardando que a fila de bloqueios judiciais da Ronda ande, pois a empresa também tem pendências trabalhistas com cerca de 490 vigilantes que prestavam serviço para o Banco do Brasil”, destacou Ronaldo. Ele lembrou ainda que 300 vigilantes que trabalhavam para o Banco Itaú e 55 para a Infraero já receberam o acerto, por força de decisão judicial.

### Situação atual

Os terceirizados que saíram da Ronda trabalham atu-

almente para a Cemig através das empresas Confederal Vigilância e Equipe Vigilância. Segundo Ronaldo, a situação deles melhorou, pois estão recebendo em dia, inclusive o Adicional de Periculosidade, que corresponde a 30% do salário, antiga reivindicação dos vigilantes armados.

Ele destaca que a Cemig está substituindo vigilantes com curso preparatório e média salarial de R\$ 790,00, por porteiros, que recebem cerca de R\$ 580,00, sem cesta básica, plano de saúde e Adicional de Periculosidade. “Eram 120 vigilantes antes do término do contrato com a Ronda. Agora são cerca de 60 vigilantes e 60 porteiros”.



Foto: Benedito Maia/Arquivo

Conselho Deliberativo é importante espaço para debate sindical

# A privatização passada a limpo pela Justiça Federal

Há um ano a Câmara dos Deputados instalou CPI para apurar a corrupção, tráfico de influência e omissões em contratos de financiamento para a compra de estatais de telecomunicação e de energia, Vale do Rio Doce e bancos. Agora, a Justiça Federal reforça investigações ao acatar denúncia do Ministério Público Federal de mau uso de dinheiro público no empréstimo do BNDES para a transnacional AES adquirir a Eletropaulo, em 1998.

A Justiça Federal investiga cinco ex-presidentes do BNDES. De acordo com a denúncia, o governo de Fernando Henrique (1994-2002), através do banco, financiou até 50% do preço mínimo em leilões de estatais. O BNDES emprestou R\$ 1,013 bilhão para a AES comprar a Eletropaulo, através da Lightgás, sem garantias para o pagamento do empréstimo, sem avaliação econômico-financeira da AES e sem exigir recursos próprios para assegurar o pagamento da dívida.

## Irregularidade na Cemig

A mesma diretoria do BNDES da era FHC garantiu ao Consórcio Southern Electric do Brasil (SEB) – que tem a AES como líder – financiamento sem garantias para o pagamento da dívida contraída na venda de 33% das ações ordinárias da Cemig. Da mesma forma que

aconteceu na Eletropaulo, a AES não pagou o financiamento pelas ações da Cemig. No caso da Eletropaulo, o BNDES fez um acordo que garantiu a transferência de grande parte do capital acionário da AES. Em relação à Cemig, foi aberta ação de execução da dívida, hoje avaliada em R\$ 2,9 bilhões. Desde 2004, os dividendos da Cemig pertencentes ao Consórcio Southern são depositados em juízo.

Para o diretor do Sindiele-

tro e secretário de Energia da FNU, Franklin Moreira, o Programa Nacional de Desestatização “foi um caso de polícia” e conduzido de uma forma ideologizada. “Para os tucanos, tudo que é público tem que passar para a iniciativa privada, inclusive estatais de áreas estratégicas, como o setor elétrico. Mas por trás do discurso ideológico, agora a gente vê que houve mau uso do dinheiro público, sendo que as mesmas pessoas que con-



Privatização lesou cofres públicos, trabalhadores e consumidores. O processo de privatizações enriqueceram com a venda das estatais”, avalia. Franklin defende que o BNDES também

assuma a parte do Consórcio Southern no controle acionário da Cemig como no acordo com a Eletropaulo.

## Remessas de lucro para exterior batem recorde

Com pouca geração de riqueza para o Brasil e às custas das demissões e exploração de trabalhadores, as empresas transnacionais e as multinacionais instaladas no país nunca enviaram tanto lucro para o exterior. Segundo o Banco Central, as remessas de dividendos para outros países cresceram 29% em 2006 na comparação com 2005. Do Brasil saíram US\$ 16,354 bilhões. Nos últimos anos o setor elétrico contribuiu muito com a remessa de recursos para o exterior, devido à privatização e venda de ações para estrangeiros.

Segundo a consultoria Ecomnomática, o setor elétrico foi o que mais distri-

buiu dividendos em 2005, no valor de R\$ 8,257 bilhões. Somente a Cemig distribuiu R\$ 2,070 bilhões.

Na composição acionária da Cemig, que inclui ações com e sem direito a voto, a distribuição de dividendos é de 23% para o estado e 14% para o Consórcio Southern Electric do Brasil (SEB). Os demais acionistas estrangeiros ficam com 42% e a sobra de 21% vai para acionistas nacionais. No total, acionistas estrangeiros recebem 56% do lucro da empresa. Em 2006, receberam mais de R\$1 bilhão do que foi distribuído.

Para Marcelo Correia, diretor do Sindieleto, a Cemig está completamente à mercê dos interesses dos acionistas, apesar do governo de estado

ter o poder e o dever de defender interesses de Minas. Segundo ele, hoje a empresa já paga o maior payout (relação lucro/dividendos) do país e está sendo sangrada como todas as empresas privatizadas. “Em breve, estaremos nas mesmas dificuldades enfrentadas pela Light e Eletropaulo. A conta já está sendo paga pelas altíssimas tarifas de energia e ficará muito pior quando a empresa não puder mais garantir os serviços com os cortes nos investimentos”, alerta.

O economista do Dieese, Fernando Duarte, avalia que grande parte dos investimentos estrangeiros feitos no Brasil é de compra de ativos já existentes e que não acrescentam novas riquezas. São ações

ou compras de empresas já prontas, com toda a infraestrutura montada e que, logo em seguida, começam a remeter recursos para o exterior. Exemplo disso foi a privatização de empresas do setor elétrico, onde a entrada de recursos não propiciou capacidade nova de geração e transmissão de energia, o que acabou contribuindo para o ‘apagão’, em 2001.

Além de comprometer a capacidade de investimento na compra, a privatização para grupos estrangeiros ocasiona transtornos no balanço de pagamentos a médio e longo prazo, quando estas empresas começam a remeter recursos para o exterior.

